



Ministros apresentam visões opostas sobre contas do governo

Pronta para votar as contas de 2014, Comissão Mista de Orçamento ouviu o autor da recomendação pela rejeição e o advogado-geral da União

Beto Barata/Agência Senado



O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse ontem a parlamentares que o Tribunal de Contas da União (TCU) “manipulou conceitos” ao recomendar a rejeição das contas de 2014 do governo. Já o autor do parecer no TCU, ministro Augusto Nardes, ressaltou que o documento foi elaborado por mais de 50 auditores com metodologias de reconhecimento internacional.

Os dois ministros participaram de audiência na Comissão Mista de Orçamen-

to, que está pronta para votar parecer de Acir Gurgacz, contrário ao relatório do TCU. O senador indica aprovação das contas, com ressalvas.

Hoje os líderes partidários vão se reunir para decidir o que fazer antes da votação, porque parlamentares de oposição exigem que Nardes volte ao Congresso para uma audiência completa. Ontem ele abandonou a reunião logo após fazer sua fala, alegando compromissos no TCU. A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas, cogita marcar nova data. 5

Adams defende as contas do governo após Nardes se retirar, em audiência presidida por Rose de Freitas (C)

Agenda expressa pode ficar pronta até o fim da semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve divulgar até o fim da semana o resultado das conversas que mantém há 15 dias com os partidos para montar uma agenda expressa de projetos a serem votados nos próximos meses. Segundo ele, a ideia é ter uma pauta consistente,

plural e com tempo para o debate sobre cada tema. Ontem Renan recebeu sugestões do Bloco de Apoio ao Governo e da bancada feminina. Após reunir todas as propostas, ele quer definir com os líderes um critério para a escolha dos projetos que terão prioridade. 3



Renan Calheiros anuncia que divulgará resultados no fim da semana

Jonie de Araújo/Agência Senado

Projeto disponibiliza internet em todas as escolas

Proposta que torna obrigatório o acesso de alunos dos ensinos fundamental e médio à internet, para fins educacionais, foi aprovada pela Comissão de Educação. O texto é fruto de sugestão de participantes do Projeto Jovem Senador em 2014. Segundo o Censo Escolar, 5,5 mil escolas públicas urbanas ainda não tinham internet em 2013, destacaram os jovens senadores ao justificar a proposta. 7



Romário (E) preside reunião da Comissão de Educação, ao lado de Roberto Rocha

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Plenário aprova programações monetárias

As projeções do governo federal feitas no ano passado para os quatro trimestres de 2015 foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. As programações levaram em conta variáveis como o nível de atividade econômica e a inflação. Agora, a Câmara também vai analisar o tema. 3

Senadores visitarão obras paralisadas

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras inacabadas decidiu ontem que fará visitas a obras desse tipo pelo país. Os senadores da subcomissão depois elaborarão projetos de lei que evitem que obras federais sejam paralisadas e verbas sejam desperdiçadas. 4

Aumento de taxa na mineração não é consenso

Os participantes de debate na Subcomissão de Mineração concordaram que há necessidade de buscar soluções para a crise no setor. No entanto, a proposta de mudar a alíquota usada como base para cálculo de royalty pago por mineradoras provocou divergências, por aumentar tributo. 8

Brasil terá novo embaixador na Coreia do Sul 3

Fiscalização de barragens é falha, aponta debate 8

Comissão mista quer cifra confiável sobre violência de gênero 4

Texto regulamenta novas tecnologias de saúde no SUS 6

Extinção de colégio poderá depender de aval da sociedade 7



Integrantes da comissão comemoraram a indicação de Lasier Martins, que ficará à frente do colegiado até o fim do ano

Lasier presidirá Comissão de Ciência e Tecnologia

Eleito por aclamação, senador pediu maior participação dos colegas e prometeu buscar recursos para ciência e tecnologia. Ele substitui Cristovam Buarque, que renunciou à presidência após deixar o PDT

INDICADO PELO PDT, Lasier Martins (RS) é o novo presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Eleito ontem por aclamação, o senador comandará o colegiado até o fim de 2016 e promete reforçar a busca por mais recursos para o setor científico e tecnológico, além de ajudar na aproximação entre os setores público e privado e a universidade. Ele lamentou os cortes de verbas feitos pelo governo no Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico.

— Sabemos que os países desenvolvidos são justamente aqueles avançados em ciência e tecnologia — disse.

Único a concorrer ao cargo, Lasier substitui Cristovam Buarque (PPS-DF), que deixou o PDT e renunciou à presidência da CCT. Ele parabenizou o desempenho de Cristovam à frente da comissão, mas lamentou o baixo comparecimento de senadores nas reuniões do colegiado.

— Desde que cheguei ao Senado, esta comissão me chamou a atenção pela im-

portância que tem, mas percebi que tem havido pouca participação, algo que temos que rever. Precisamos ter mais quorum — frisou.

O líder do PDT, Acir Gurgacz (RO), desejou sucesso a Lasier e parabenizou Cristovam, que comandou o colegiado desde o início de 2015. A indicação do senador gaúcho foi elogiada pelos demais membros da comissão.

— O PDT foi muito feliz em indicar o senador Lasier para a presidência — resumiu o vice-presidente da CCT, Hélio José (PMB-DF).

Delcídio renuncia ao comando de colegiado

Delcídio do Amaral (PT-MS) renunciou ontem à presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento do senador foi lido em Plenário por José Medeiros (PPS-MT), que presidiu o início da sessão.

Delcídio explica que abre mão do cargo porque precisa “se concentrar na apresentação de sua defesa junto ao Conselho de Ética da Casa,

no pleno restabelecimento de sua saúde e no retorno à base eleitoral que representa, em Mato Grosso do Sul”.

Segundo anunciou na semana passada o vice-presidente da CAE, Raimundo Lira (PMDB-PB), a comissão já esperava a saída formal de Delcídio e deve marcar em breve nova eleição para presidente. A bancada do PT indicou Gleisi Hoffmann (PR) para a função.

Delcídio foi preso em novembro, acusado de tentar obstruir a Operação Lava-Jato, que investiga corrupção na Petrobras. Em 19 de fevereiro, o STF autorizou a conversão da prisão preventiva em recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga, enquanto o senador estiver no exercício do mandato. No dia 22 de fevereiro, o senador entrou em licença médica, por 15 dias.

Humberto: crise exige diálogo entre governo e oposição

Novo líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE) disse que o momento de crise política e econômica exige consenso na Casa em torno de projetos que interessem ao Brasil e aos brasileiros. Para o senador, é essencial um diálogo de alto nível entre a base governista e a oposição para debater temas como CPMF e reforma da Previdência. O governo também deve aprofundar o diálogo com os agentes políticos e sociais, acrescentou.

Ele disse que a Operação Lava-Jato não será prejudicada com a troca na chefia do Ministério da Justiça, pois o trabalho da pasta não pode ser pautado nem pelo governo, nem pela oposição ou pela mídia.

Medeiros destaca desafios do novo ministro da Justiça

José Medeiros (PPS-MT) afirmou que o novo ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, precisa dar atenção a outros problemas relacionados à pasta e deixar de lado a Lava-Jato, que, na opinião do senador, está sendo muito bem conduzida. Para ele, Wellington deve elaborar um plano de segurança pública que reduza a violência.

— O que faremos para enfrentar os maiores índices de homicídio do mundo? Certamente, essa e inúmeras outras indagações estão no bojo das atribuições do Ministério da Justiça — frisou.

Ana Amélia apoia projeto que agiliza pesquisa clínica

Ana Amélia (PP-RS) destacou em Plenário a possível votação na próxima semana, na Comissão de Ciência e Tecnologia, de projeto que desburocratiza a pesquisa clínica (PLS 200/2015).

— A pesquisa médica de novos medicamentos é muito importante para que pessoas com câncer ou outras doenças graves possam ter ao menos a expectativa de um tratamento adequado para reduzir seu sofrimento e, especialmente, para buscar a cura.

Ela destacou que o dia 29 de fevereiro é o Dia Internacional das Doenças Raras.

Paim critica veto presidencial que eleva tributação de vinho e outras bebidas

Paulo Paim (PT-RS) recebeu documento de entidades do setor de bebidas quentes no qual pedem ao Congresso a derrubada do veto a item da MP



Gerardo Magalhães/Agência Senado

690/2015, que estipulava alíquotas máximas do IPI para vinho, espumante, licor e aguardente de cana. Segundo

elas, os tributos vão aumentar entre 245% e 1.289%. O senador frisou que o texto nasceu de acordo entre governo, parlamentares e entidades.

— O setor está decepcionado por não ter sido mantido o acordo e por causa dos efeitos do veto — criticou.

Vanessa elogia medida que aumenta impostos sobre ganhos de capital

A aprovação no Senado da medida provisória que eleva tributação sobre ganhos de capital, cobrando mais de quem tem maior ganho, foi elogiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Pela legislação anterior, havia uma alíquota de 15% sobre qualquer ganho.



Moreira Moutz/Agência Senado

Agora serão quatro alíquotas, de 15% a 22,5%. Para a senadora, a cobrança é justa, pois cria progressividade de imposto:

— Os 10% mais pobres do Brasil pagam 28% de imposto indireto, enquanto os 10% mais ricos pagam apenas 10% de imposto indireto.

Viana comemora início das obras em rodovia acriana que liga Brasil ao Peru

Jorge Viana (PT-AC) comemorou o início das obras de recuperação da BR-317, entre os municípios de Xapuri, Brasileia e Assis Brasil, no Acre.

Em pronunciamento, o senador disse que a estrada é importante não apenas para o Acre, mas para o Brasil, por ligar o país ao Peru. Apesar disso, acrescentou, a rodovia

tem graves problemas de conservação, com buracos que colocam em risco os motoristas.

Viana cumprimentou o Dnit e o governo do estado pelo início da obra e relatou que esteve na região recentemente para pedir uma solução para a situação precária da estrada.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



Logística de transportes

8h30 Análise de relatório sobre o Plano Nacional de Logística de Transportes. Depois, reunião deliberativa.

Instrutor de trânsito

9h Na pauta, entre outros projetos, está o PLS 289/2010, que reduz exigências para qualificação do instrutor de trânsito.

Segredo de Justiça

10h O PLS 141/2012, que veda o segredo de Justiça nas investigações contra agentes públicos, é um dos projetos em pauta.

PRESIDÊNCIA DEM

11h Renan Calheiros recebe senadora Ana Amélia e Associação Brasileira da Indústria do Fumo. Às 15h, reunião com o DEM. Às 16h, preside a ordem do dia.

Base Comum Curricular

11h Audiência pública interativa debate a Base Nacional Comum Curricular.

CDH Adoção

11h30 Análise do PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção, entre outros projetos.

CPI DO FUTEBOL Presidente da CBF

13h55 Audiência com o presidente em exercício da CBF, Antônio Carlos Nunes.

PLENÁRIO Medidas provisórias

14h Duas MPs trancam a pauta.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Plano

14h30 Apresentação do plano de trabalho.

CONSELHO DE ÉTICA Novo relator

14h30 Designação do novo relator da representação contra Delcídio do Amaral.

AGENDA BRASIL Reciclagem

15h A comissão especial avalia projetos como o PLS 187/2012, que deduz do IR doação a projetos de reciclagem.

CMO Contas

15h Relatórios de prestação de contas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovadas programações monetárias do governo

Projeções referentes aos quatro trimestres de 2015 tiveram votos favoráveis dos relatores na Comissão de Assuntos Econômicos, receberam o aval do Plenário e agora seguem para análise dos deputados

O PLENÁRIO APROVOU ontem quatro projetos de decreto legislativo referentes às programações monetárias trimestrais do governo federal em 2015. Agora, os textos serão analisados pela Câmara dos Deputados.

O PDS 2/2016 aprova a programação monetária do primeiro trimestre do ano passado e teve voto favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador também relatou e recomendou a aprovação das programações do segundo (PDS 3/2016) e do terceiro (PDS 4/2016) trimestres de 2015.

Já o projeto sobre o quarto trimestre (PDS 7/2016) foi relatado na CAE por Gleisi Hoffmann (PT-PR), que votou

a favor da aprovação.

Segundo Lindbergh, as programações para os três primeiros trimestres foram “compatíveis com a atividade econômica e a meta inflacionária”. E Gleisi considerou consistentes as projeções apresentadas pelo governo sobre os últimos meses de 2015.

“A expansão monetária projetada é menor que a ocorrida no bimestre julho-agosto e é compatível com a meta de inflação, ainda que a taxa de inflação esteja flutuando em patamar acima do limite superior do intervalo de tolerância, nível que seria mais desejável”, escreveu a senadora.



Um dos relatores das programações na CAE, Lindbergh (E) conversa com Ferraz

Plenário confirma novo embaixador na Coreia do Sul

Com 52 votos favoráveis e 2 contrários, foi aprovado ontem pelo Plenário o nome do novo embaixador do Brasil na Coreia do Sul, ministro de primeira classe Luis Fernando de Andrade Serra. Formado em direito e natural do Rio de Janeiro, ele ocupa desde 2011 o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura.

A mensagem da indicação, que agora será promulgada, teve como relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O diplomata foi sabatinado e teve o nome aprovado pelo colegiado em 18 de fevereiro.

Na sabatina, ele informou que a Coreia do Sul gostaria de celebrar um acordo de livre comércio com o Mercosul. Segundo Andrade Serra, o governo brasileiro ainda não tem posição firmada sobre o

melhor momento para iniciar as negociações.

O diplomata acredita, no entanto, que um entendimento nesse sentido pode tornar mais equilibradas as trocas comerciais bilaterais. Em 2014, por exemplo, o Brasil registrou um déficit na balança comercial de US\$ 4,7 bilhões. Além disso, 75% da pauta exportadora brasileira é de produtos básicos, enquanto 99% das vendas coreanas ao Brasil referem-se a produtos industrializados.

Língua portuguesa

O Plenário também aprovou a indicação de Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão para chefiar a representação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foram 58 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção.

Entre outros cargos, o embaixador ocupou, cumulativamente, as embaixadas do Brasil na Dinamarca e na Lituânia, de 2010 a 2013. A mensagem com a indicação dele também vai à promulgação.

Ao ser sabatinado pelos senadores na CRE, Mourão sugeriu uma proximidade maior do Senado com os demais países de língua portuguesa e a criação do Grupo Parlamentar Brasil-CPLP. Ele lembrou que a comunidade tem o Brasil como principal mentor e maior contribuinte, com cerca de 30% do orçamento do grupo.

A CPLP foi criada em Lisboa, em 17 de julho de 1996. Além do Brasil, a comunidade é formada por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Pescadores pedem retomada do seguro-defeso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem uma comitiva de pescadores. Eles buscam apoio do Congresso para restabelecer o seguro-defeso por 120 dias, suspenso pelo governo federal com a justificativa de fazer o recadastramento dos beneficiários para evitar fraudes.

Renan disse à comitiva que conversará com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, visando a uma solução para o impasse.

Em razão da Portaria 192 do Ministério da Agricultura, que suspendeu o benefício, os

senadores e deputados aprovaram o Decreto Legislativo 293/2015, que restabelecia o pagamento. Mas a Presidência da República entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), revogando novamente o seguro.

Segundo os pescadores, a Portaria 192 leva cerca de 90 mil pescadores da região Norte a continuar a atividade em condições adversas, já que não dispõem de outra fonte de renda, podendo inclusive ocorrer a extinção de determinadas espécie de peixes da Amazônia.

Os senadores da região Norte devem se encontrar na terça-feira com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, para pedir que ADI seja julgada logo. Os parlamentares e os pescadores querem debater o tema em uma audiência pública.

Participaram da reunião os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Omar Aziz (PSD-AM), Davi Alcolumbre (DEM-AP), João Capiberibe (PSB-AP), Hélio José (PMB-DF) e Eliane Moraes, da Confederação Nacional dos Pescadores.

Renan recebe sugestões para a pauta de votações de 2016

Para elaborar a agenda das votações do Senado nos próximos meses, o presidente da Casa, Renan Calheiros, recebeu ontem sugestões de lideranças do Bloco de Apoio ao Governo, formado por PT e PDT, e da bancada feminina. Há duas semanas, Renan vem se reunindo com líderes de todos os partidos para tratar da pauta do Plenário.

O presidente do Senado garantiu que vai respeitar diferentes correntes partidárias e divulgar o resultado no final desta semana.

— Vamos elaborar uma pauta consistente, de interesse nacional, suprapartidária, plural, precisa e ampla — afirmou.

O conjunto de matérias que deverão ter prioridade para votação este ano está sendo chamado de “agenda expressa”.

Renan afirmou que as propostas de cada partido não precisam ser coincidentes no mérito e esclareceu que vai reunir os líderes partidários para definir o critério de escolha das proposições que terão prioridade.

— Vamos recolher todas as sugestões e vamos encontrar um critério ou de proporcionalidade ou de procedimento, já que não podemos ter um critério de mérito, e a partir daí definir a pauta. A ideia é anunciar a pauta com bastante antecedência para garantir o espaço para o debate, para levantamento de qualquer informação — explicou.

Estatais

Sobre o PLS 555/2015, que cria a Lei Geral das Estatais, Renan disse que ele já está na ordem do dia do Plenário, mas antes é preciso votar duas medidas provisórias (MPs 695 e 696/2015) que trancam a pauta. De qualquer forma, ele considera que já houve avanço no debate do texto.

— Já andamos bastante e há área de convergência de mais de 80% em torno da matéria — afirmou.

Ele considera que o período de votação das MPs para desobstrução da pauta representa mais um tempo para os senadores aproximarem pontos de vista sobre a Lei das Estatais.

— O importante é chegar ao final combinando inclusive o que não será consenso quanto ao projeto e acertar em torno disso as votações — disse.

Mulheres

A bancada feminina no Senado entregou a Renan uma lista com 22 matérias consideradas prioritárias. A procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, Ana Amélia (PP-RS), e outras senadoras estiveram no encontro com o presidente da Casa.

— A lista ainda deve sofrer ajustes. Por enquanto, selecionamos as matérias que têm um menor grau de dificuldade para aprovação, porque a ideia é a gente aprovar um número importante dos projetos agora em março, mês da mulher — disse Vanessa.

Renan sugeriu que as senadoras considerem mais sugestões de projetos de autoria de deputados que já têm consenso. Apenas um consta da lista. Se forem aprovadas sem mudanças, essas propostas seriam enviadas logo para sanção.

Entre os projetos sugeridos, está o PLS 213/2015, de Vanessa, que permite que as mulheres possam optar por prestar o serviço militar. Também o PRS 64/2015, de Simone Tebet (PMDB-MS), que cria, no âmbito do Senado, o Observatório da Mulher contra a Violência.

A bancada feminina pediu ao presidente do Senado para marcar uma sessão do Plenário exclusiva para votar projetos sobre direitos das mulheres. Renan respondeu que vai levar o pedido para avaliação do Colégio de Líderes.

(Da Presidência do Senado)



Renan (C) ouve o Bloco de Apoio ao Governo sobre a agenda expressa

Senadores farão visita a obras federais inacabadas

Subcomissão foi criada no ano passado para identificar construções públicas paradas e buscar soluções para que esse tipo de problema deixe de ser recorrente. Grupo aprovou plano de trabalho ontem

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas aprovou ontem o plano de trabalho proposto pelo relator, Douglas Cintra (PTB-PB). Haverá visitas às obras federais que são listadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O presidente da subcomissão, Ataídes de Oliveira (PSDB-TO), explicou:

— O objetivo é frear o desperdício de dinheiro público e garantir a conclusão de projetos estratégicos para a melhoria da infraestrutura e a qualidade de vida da população.

A subcomissão pedirá informações sobre as obras ao TCU, ao Ministério do Planejamento



Roberto Rocha conversa com o presidente da subcomissão, Ataídes Oliveira: Senado quer evitar desperdício de verba

e à Controladoria-Geral da União (CGU). Há a possibilidade também de pedir ao TCU que faça fiscalizações específicas.

Além disso, a subcomissão deverá apresentar projetos de

lei para a melhorar a gestão de obras públicas federais. Está prevista ainda a realização de debates e seminários com especialistas em obras públicas.

— Pior do que a escassez de recursos é a má aplicação des-

ses recursos — disse Roberto Rocha (PSB-MA).

A subcomissão foi criada no ano passado, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Comissão atuará por unificação de bancos de dados sobre violência de gênero

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher terá cinco metas principais para este ano: a criação de um banco de dados para unificar informações sobre a violência contra a mulher, a igualdade salarial entre homens e mulheres, o estímulo à educação e à capacitação das mulheres, a atenção especial às negras e a ampliação da participação das mulheres na política.

O anúncio foi feito pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), presidente da comissão, ontem, na reunião em que o colegiado discutiu o balanço de suas atividades no ano passado e as metas para este ano.

— As metas foram baseadas em diversas pesquisas e dados e foi fruto do trabalho que tivemos no ano passado — disse Simone.

Instalada em março de 2015, a comissão realizou 16 reuniões e 2 grandes eventos: o seminário Mulheres,

Violência e Mídias Sociais e um ato solene no Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, em 25 de novembro.

Os eventos foram organizados pela comissão em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.



A senadora Simone Tebet e a deputada Keiko Ota apresentam balanço dos trabalhos da comissão

Além disso, a comissão fez visitas a Natal, Fortaleza, Salvador e Canoas (RS). Também foi destaque o lançamento do blog mulheresnocongresso.com, ferramenta on-line de divulgação do trabalho do colegiado.

A implantação de Casas da Mulher Brasileira, as dificuldades na implementação da Lei Maria da Penha,

a eficácia das medidas protetivas previstas na lei, o assédio a mulheres policiais e a violência nas universidades e no meio virtual foram alguns dos temas debatidos pela comissão em audiências públicas.

Simone Tebet destacou o lançamento da pesquisa do DataSenado sobre violência doméstica e familiar e da cartilha *Lei Maria da Penha em Perguntas e Respostas* como realizações importantes do colegiado.

Ao lado da deputada Keiko Ota (PSB-SP), que é vice-presidente da comissão, Simone Tebet ressaltou também a campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”. Realizada de 25 de novembro a 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), a campanha ampliou os espaços de discussão com a sociedade.

A senadora ainda lembrou a reunião especial sobre reconstrução mamária.

Projeto subordina atos da Petrobras à política, diz Collor

Fernando Collor (PTB-AL) alertou para a possibilidade de que o projeto que dá à Petrobras o direito de decidir quando participar da exploração do pré-sal, aprovado pelo Senado, pode ter um efeito indesejado. A opção da Petrobras por atuar ou não na exploração de algum lote do pré-sal dependerá do Conselho Nacional de Política Energética. O problema, segundo ele, é que o conselho é composto por 14 ministros e sua decisão passará pela Presidência da República.

— A decisão comercial dependerá de uma decisão política. Isso criará insegurança.



Moreira Menezes/Agência Senado

Álvaro quer que STF proíba “jabutis” em medidas provisórias

Álvaro Dias (PV-PR) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal suspenda definitivamente os efeitos de 72 dispositivos que foram introduzidos na Medida Provisória 678/2015 sem ter nenhuma relação com a MP. A medida passou pelo Congresso e já foi sancionada. Numa liminar concedida pelo STF à ação apresentada por Álvaro, os “jabutis” foram suspensos. O Ministério Público apoiou o pedido, cabendo agora ao Plenário do STF a decisão final.

— Espero a suspensão definitiva e que isso venha como exemplo para o Congresso.



Generaldo Magela/Agência Senado

Amorim alerta para crise no setor de hemodiálise

Eduardo Amorim (PSC-SE) advertiu o governo que o reajuste do preço das sessões de hemodiálise é a solução para evitar o agravamento na crise dos renais crônicos.

Ele reclamou que o tratamento está se tornando impraticável porque o SUS paga pouco por uma sessão de diálise de soronegativos — R\$ 179. O valor é inferior ao pago pela sessão de soropositivos para hepatite e HIV — R\$ 265.

Diante disso, afirmou o senador, várias clínicas estão se descredenciando do SUS e outras estão fechando.



Moreira Menezes/Agência Senado

Blairo apoia medida que beneficia caminhoneiros

Blairo Maggi (PR-MT) apoiou a edição de portaria do BNDES que autoriza o refinanciamento de dívidas de caminhoneiros com faturamento acima de R\$ 2,4 milhões por ano. O senador disse que o governo agiu certo ao tomar a medida, reivindicada pelos caminhoneiros há mais de seis meses. Para ele, a medida já poderia ter sido adotada para evitar problemas enfrentados pelas transportadoras em momento de crise econômica.

— Em Mato Grosso, mais de 200 empresas pediram recuperação judicial por não poderem pagar as suas contas.



Moreira Menezes/Agência Senado

Para Fátima, eventual candidatura de Lula anima militantes

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que os militantes do Partido dos Trabalhadores estão satisfeitos com a possibilidade de o ex-presidente Lula disputar as eleições de 2018.

Segundo ela, a comemoração dos 36 anos do PT, no último fim de semana, no Rio, foi marcada pela presença do ex-presidente “de cabeça erguida”.

A disposição de Lula, na opinião da senadora, contrasta com a “campanha implacável de perseguição e ódio” promovida contra o ex-presidente “pela grande imprensa e por setores do Poder Judiciário”.



Generaldo Magela/Agência Senado

Adams e Nardes divergem sobre contas de 2014

Em defesa do governo, advogado-geral da União aponta “casuísmo”, enquanto ministro do Tribunal de Contas que sugeriu a rejeição das contas garante caráter técnico do parecer

O JULGAMENTO DAS contas do governo federal de 2014 sofreu “casuísmo do processo decisório” no Tribunal de Contas da União (TCU), segundo o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Em audiência ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ele afirmou que os corpos técnicos de diversos órgãos do Executivo chegaram a conclusões diferentes do TCU e observou que é preciso garantir o contraditório.

Argumentos contrários ao de Adams foram apresentados pelo ministro do TCU Augusto Nardes, autor do relatório que o tribunal aprovou em 2015 recomendando a rejeição das contas. Nardes ressaltou o caráter técnico do parecer do TCU, relatando que a elaboração envolveu mais de 50 auditores e foi baseada em procedimentos e metodologias que têm reconhecimento internacional. Ele também destacou que o TCU não poderia se esquivar da decisão que tomou.

— As nações fracassam quando as instituições falham em cumprir seu papel. Nós fizemos o nosso, de mostrar o que está acontecendo — argumentou.

Contraditório

Adams disse aos parlamentares que existe uma manipulação de conceitos que favorece, de acordo com conveniências, a condenação do governo.

— Não estamos fazendo um juízo político do governo. O que está em julgamento é a aplicação da lei e é preciso ser coerente — disse Adams.

O ministro do TCU, por sua vez, afirmou que a situação fiscal vive um “ciclo vicioso”, no qual os indicadores ruins alimentam a incerteza e desmotivam os investimentos, o que piora as contas públicas. Ele ressaltou que o cenário



Advogado-geral da União, Adams defende a política fiscal do governo, observado por Rose, presidente da comissão

não é novo, mas chegou a um ponto crítico em 2014.

Pedaladas fiscais

Nardes quantificou as manobras orçamentárias do governo federal naquele ano em mais de R\$ 106 bilhões. As chamadas pedaladas fiscais (manobras contábeis para atrasar o pagamento de operações do Tesouro com bancos públicos) respondem por mais de um terço desse total, segundo os cálculos do TCU — R\$ 40 bilhões.

Outros R\$ 13,7 milhões têm a ver com créditos orçamentários suplementares criados por decreto, sem previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou deliberação do Congresso. Para Nardes, esses créditos são a falha mais grave do governo federal, apesar de o valor ser menor do que o registrado em outras irregularidades.

Nardes contou que, durante o processo de avaliação das contas do Executivo do ano de 2013, o relator daquela matéria, ministro Raimundo Carreiro, fez uma série de alertas ao governo em relação a temas assemelhados. O parecer do TCU na ocasião foi pela aprovação com ressalvas, devido ao diálogo, mas, na opinião de Nardes, isso não gerou frutos na governança.

Adams argumentou que

faltou ao TCU proporcionalidade na decisão. Segundo ele, o governo manteve contato frequente com o tribunal ao longo da execução orçamentária, fez consultas e atendeu recomendações. Ele também avaliou que o TCU agiu sem coerência, aplicando critérios de julgamento que não adotava antes, o que resultou na condenação de práticas que não eram consideradas irregulares em anos anteriores.

Abertura de créditos

Em relação aos decretos de créditos suplementares, Adams ressaltou que eles não constavam como falhas no relatório original de Nardes, mesmo à medida que eram editados, e foram acrescentados posteriormente. Além disso, o advogado-geral da União explicou que a abertura desses créditos não se configura em prejuízo à gestão fiscal.

— O controle da meta fiscal se dá no contingenciamento, não na dotação. Se não fosse assim, nem o Congresso poderia aprovar leis que alterassem esse valor — afirmou.

Adams rechaçou as pedaladas, dizendo que os bancos públicos sempre mantiveram saldo médio positivo nas transações com o governo ao longo de 2014, mesmo que houvessem acontecido atra-

dos pontuais e operacionais em alguns pagamentos. Ele lembrou que o TCU já havia reconhecido que esses procedimentos não poderiam ser considerados como operações de crédito — termo técnico da prática de usar um banco público para financiar o caixa do Tesouro, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Polêmica

Nardes causou polêmica entre os parlamentares presentes ao se retirar da audiência logo após fazer a sua fala, devido a compromissos no TCU. Ele deixou um assessor para responder aos questionamentos dos membros da CMO. Deputados e senadores da base do governo consideraram que a atitude foi deselegante e prejudicou o debate.

— O que vimos aqui hoje foi um desrespeito grande ao Congresso. O TCU é um órgão de assessoramento desta Casa. Não tem nada mais importante que um ministro pode fazer do que vir aqui prestar contas do seu trabalho — criticou Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A presidente da comissão, Rose de Freitas (PMDB-ES), se disse “decepcionada” com a postura do ministro e cogitou marcar uma nova data para que ele retornasse para

ouvir os parlamentares, mas a ideia foi rechaçada pelos governistas. A oposição, por sua vez, apoiou a ideia.

— Não podemos deixar o debate sofrer. Precisamos de uma discussão que traga tranquilidade e equilíbrio — opinou o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

Visões opostas

Em relação à apresentação de Adams, os parlamentares de oposição consideraram a defesa do governo “frágil” e “sem consistência” e defenderam a tese de crime de responsabilidade cometido pela presidente Dilma Rousseff no tratamento das contas públicas.

Em resposta, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) observou que o TCU não demonstrou a participação direta da presidente em nenhum dos fatos constatados no parecer.

Acir Gurgacz (PDT-RO), relator das contas de 2014 na CMO, disse confiar no trabalho feito para elaboração do relatório dele, que contraria o TCU e recomenda a aprovação, com ressalvas, das contas. O senador criticou a polarização do debate entre apoio ao governo e oposição, sem atenção às leis, e disse que o país precisa de um debate qualificado e ponderado sobre o tema.

A CMO já pode votar as contas de 2014 do governo, uma vez que o relatório final de Gurgacz está à disposição dos parlamentares desde a semana passada. No entanto, os oposicionistas ainda exigem uma nova convocação de Nardes para uma audiência completa, sob o argumento de que essa é uma imposição do Regimento Interno.

Os líderes partidários da comissão se reunirão hoje, às 14h, para discutir o assunto. O colegiado tem reunião ordinária marcada para logo depois disso, às 15h.

Texto facilita recuperação de área ambiental de risco

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que permite ao poder público requisitar imóveis localizados em áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres, para realização de obras de regularização, prevenção ou recuperação. De autoria de Paulo Bauer (PSDB-SC), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 65/2014 faculta aos municípios a criação de consórcio imobiliário como forma de viabilizar planos urbanísticos nessas áreas.

A proposta altera o Estatuto da Cidade para introduzir no

Brasil o instituto do reparcelamento do solo. Segundo Bauer, é uma forma de viabilizar a substituição de imóveis antigos por novos, sem a necessidade de desapropriação pelo poder público.

O projeto considera consórcio imobiliário o mecanismo de gestão pelo qual imóveis contíguos são incorporados ao patrimônio de fundo específico a título de integralização de quotas. Essas cotas poderão ser convertidas em lotes ou unidades autônomas edificadas após a conclusão das obras.

A proposta faculta ao poder público participar do capital do fundo, integralizando as cotas em terrenos ou em dinheiro. O poder público deverá isentar do imposto de transmissão os bens imóveis relativos à integralização de cotas do fundo.

O projeto, que recebeu voto favorável do relator, Wilder Moraes (PP-GO), será encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), esta última em decisão terminativa.

Investimento em transporte deve provar viabilidade econômica

A aplicação de investimentos federais em obras e serviços de transportes deve ser vinculada à comprovação de viabilidade econômica. É o que propõe o ex-senador Alfredo Nascimento em projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A intenção, conforme o autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 235/2014, é exigir uma demonstração de que os custos que o poder público terá com essas obras serão menores que os benefícios

econômicos delas advindos.

O projeto exclui dessa exigência as obras necessárias à segurança nacional e as de caráter social. Além disso, a proposta considera a BR-319 como prioritária para a integração nacional.

O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou voto favorável ao projeto, lido por Waldemir Moka (PMDB-MS). O PLS 235/2014 será encaminhado à Comissão de Serviços de Infraestrutura para decisão terminativa.

Avança projeto que regula adoção de novas tecnologias no SUS

Objetivo é estabelecer critérios para avaliar a relação entre os ganhos em saúde com um novo procedimento e o valor gasto

PROPOSTA PARA ADOÇÃO, na área da saúde, de tecnologias seguras, eficazes e com relação entre custos e efeitos, compatível com as possibilidades orçamentárias do Estado, foi aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O projeto segue para decisão final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 415/2015 obriga a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) a definir, por regulamento, o parâmetro de custo-efetividade utilizado para determinar qual tecnologia médica será incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esse parâmetro compara o ganho em saúde oriundo de uma intervenção (como número de acidentes cerebrovasculares evitados) e o gasto para alcançar esses efeitos.

Para o autor do projeto, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a incorporação dessas tecnologias no Brasil obedece a um complexo e confuso processo. Segundo ele, as diretrizes do Ministério da Saúde para a avaliação de tecnologias em saúde não definem um limiar de razão de custo-efetividade incremental (RCEI) elegível para a incorporação das tecnologias.

“Não está claro o fundamento legal segundo o qual a Conitec analisa o custo-efetividade de um procedimento médico nem qual é o limiar adotado para considerar que um procedimento é custo-efetivo. Essa lacuna propicia mui-



Parâmetro ajuda governo a definir novos equipamentos e exames que serão incorporados ao SUS

tas vezes a adoção, pela administração pública, de discricionariedade técnica de baixa qualidade”, avalia Cássio.

Parâmetros

Para a análise de custo-efetividade, aponta o senador, existem dois parâmetros aceitos internacionalmente. O primeiro, adotado nas maiores economias do mundo, considera custo-efetivo o procedimento cujo RCEI seja inferior a US\$ 50 mil por ano de vida salvo. O segundo é o da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda que o limiar consista em três vezes o produto interno bruto (PIB) per

capita por anos de vida ajustados para qualidade ou anos de vida ajustados para incapacidade.

No Brasil, uma portaria do Ministério da Saúde utiliza a razão custo-efetividade incremental inferior a US\$ 50 mil por ano de vida salvo. Segundo Cássio, o valor não é praticado no país.

Favorável à proposta, o relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), citou um estudo da Conitec que apontou o aumento dos gastos com saúde, mas recursos limitados. Para ele, o custo-efetividade ajudaria, então, a avaliar a conveniência de se incorporar um novo remédio, equipamento ou procedimento.

Comissão aprova proposta que cria Dia Nacional do Psicólogo

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Educação e Cultura (CE), o projeto que institui o Dia Nacional do Psicólogo, que será comemorado anualmente em 27 de agosto. Foi nessa data, em 1962, que foi sancionada pelo então presidente João Goulart a lei que regulamentou a profissão.

A proposta (PLC 211/2015), do deputado Jorge Silva (Pros-ES), será agora analisada no Plenário, para onde seguirá com pedido de urgência solicitado pela relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

Segundo dados do Conselho Federal de Psicologia citados por Marta, existem 257 mil psicólogos no país. Os profissionais prestam serviços em consultórios, escolas, universidades e organizações diversas na área terapêutica, de psicologia clínica ou de aconselhamento psicológico e nas áreas da psicologia do trabalho e forense, entre outras.

Herói da pátria

Outro projeto aprovado na CE, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), propõe a inclusão do nome do escritor Tobias Barreto no *Livro dos Heróis da Pátria*. O projeto (PLS 523/2015) tem relatório favorável do senador Ricardo Franco (DEM-SE).

Tobias Barreto nasceu em 1839, na Vila de Campos do Rio Real, atual Tobias Barreto, em Sergipe. Formou-se em direito e destacou-se como filósofo e político. É autor de obras filosóficas e foi patrono da Academia Brasileira de Letras.

O projeto recebeu decisão terminativa e agora irá para a Câmara, a menos que haja recurso para que vá para o Plenário do Senado.

Também foi aprovado o PLS 539/2015, do senador Omar Aziz (PSD-AM), que atribui a Parintins (AM) o título de Capital Nacional do Boi-Bumbá. Ele destaca que o Festival de Parintins é o maior espetáculo de ópera a céu aberto da América Latina e o maior de folclore do mundo.

No calendário oficial de Parintins desde 1965, o evento se repete todo mês de junho e, segundo Omar, mais de 50 mil pessoas o assistem todo ano.

Também terminativo, o projeto deve ir diretamente para a Câmara.

Outro projeto aprovado (PLC 192/2015) confere o título de Capital Nacional dos Botos (Golfinhos) Pescadores à cidade de Laguna (SC). O texto ainda vai para o Plenário.

Programa de racionalização de energia pode ganhar mais verba

Projeto que reserva ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) 20% dos recursos destinados a investimentos para eficiência energética foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O programa tem o objetivo de promover a racionalização do consumo de energia elétrica, por meio de ações de combate ao desperdício e de redução do consumo.

— Instituído há mais de 30 anos pelos Ministérios de Minas e Energia e da Indústria e Comércio, o Procel tem alcançado resultados significativos, razão pela qual julgamos positiva a iniciativa de reservar 20% dos recursos para eficiência energética para suportar o programa — disse o senador Hélio José (PMB-DF) ao ler relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO).

O texto acatado pela comissão é o Substitutivo da Câmara (SDC) 24/2015 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 430/2011, de Ana Amélia (PP-RS). A proposta disciplina a aplicação de recursos destinados a programas de eficiência energética.

Aprovado em 2012 no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde foi modificado, o projeto altera a Lei 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas de energia.

O texto cria um Comitê Gestor de Eficiência Energética e transfere para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a competência para definir o calendário de recolhimento, as multas, punições e a forma de pagamento dos

recursos que devem ser investidos no Procel.

A proposta vai agora para a Comissão de Infraestrutura (CI).



Para Hélio José, Procel tem dado resultados positivos e merece receber mais recursos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sugestão foi apresentada por estudantes que participaram em 2014 do Projeto Jovem Senador, iniciativa que permite a alunos de todo o Brasil vivenciar o Legislativo

Comissão aprova internet para todas as escolas

ACESSO A INTERNET para fins educacionais ficará disponível a todos os alunos dos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, segundo projeto aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O texto foi apresentado por estudantes que participaram da edição 2014 do Projeto Jovem Senador, que seleciona jovens de todos os estados por meio de um concurso anual de redação. Depois a sugestão (SUG 3/2014) foi analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e transformada no Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2015.

Para justificar a iniciativa, os autores destacaram a importância do uso da tecnologia para o letramento digital e para o processo de ensino-aprendizagem. Também

observaram que o Programa Banda Larga nas Escolas previa todas as escolas públicas urbanas conectadas à internet até o final de 2010. Segundo o Censo Escolar, até 2013, no entanto, 5,5 mil dessas escolas não tinham internet.

Tecnologias

O relator do projeto na Comissão de Educação, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), manifestou-se favorável à proposta. Segundo ele, a escola é um bom lugar para aprender a lidar com as tecnologias, em especial, para as classes socialmente menos favorecidas.

“Por meio dessas tecnologias, abrem-se amplos horizontes para o tratamento consistente de conteúdos do currículo escolar. É essencial o acesso às novas tecnologias para o avanço no campo da produtividade e da vivência



Relatado por Valadares (ao microfone), texto foi aprovado em reunião da Comissão de Educação presidida por Romário (D)

social plena”, justifica.

Apesar de considerar o projeto meritório, o senador lembrou, contudo, que um tema não deve ser disciplinado por mais de uma lei. Por isso, ele preferiu introduzir as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(Lei 9.394/1996), sugerindo a aprovação do texto na forma de substitutivo.

Marta Suplicy (PMDB-SP) ponderou que seria positivo que os alunos pudessem usar a internet após as aulas, para outras finalidades úteis além dos objetivos estritamente es-

colares. O relator salientou que o texto não veda essa alternativa, podendo ficar a critério de cada escola normatizar outras formas de aproveitamento.

A proposta será analisada agora pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Comunidade pode ser ouvida em caso de extinção de colégios

A comunidade e os conselhos de Educação poderão passar a ser ouvidos obrigatoriamente a respeito da extinção de escolas de educação básica pública, conforme determina projeto (PLS 10/2012) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE).

O texto estabelece que os conselhos e as comunidades devem ser consultados também sobre o destino a ser dado aos prédios e a outros bens da unidade. No caso de venda ou aluguel das instalações, os recursos deverão obrigatoriamente ser destinados aos órgãos de educação, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, Douglas

Cintra (PTB-PE), ao projeto do ex-senador Vital do Rêgo. Atualmente, cabe apenas às secretarias de Educação decidir sobre o fechamento de escolas e a reestruturação das redes.

A proposta original não fazia referência sobre consulta à comunidade afetada pela decisão de fechamento das escolas. Porém, pelo texto, a reestruturação da oferta de ensino dependeria de efetiva aprovação do Conselho de Educação municipal ou estadual.

Cintra optou pela prévia consulta ao respectivo conselho e à comunidade. Na visão do senador, o envolvimento dos conselhos e da comunidade confere caráter mais democrático ao processo, pois assim é possível “contemplar

maior gama de opiniões”, evitando que aspectos puramente administrativos e financeiros sejam observados na tomada de decisão.

— Tem acontecido, inclusive, que escolas sejam extintas e os terrenos de seus prédios sirvam à especulação imobiliária, com prejuízo não somente das finanças públicas como da própria qualidade da educação — alertou.

O projeto destina unicamente à manutenção do ensino as eventuais receitas de aluguel e venda de prédios.

— Uma medida assim deve representar uma forma de conter a especulação.

A proposta será submetida na próxima semana a votação em turno suplementar.



Douglas Cintra disse que o projeto vai democratizar a decisão sobre venda de prédios

Vai à Câmara projeto que aproxima educação pública e Pontos de Cultura

Para aproximar os Pontos de Cultura — entidades que desenvolvem ações culturais nas comunidades — das escolas públicas, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo de Roberto Rocha (PSB-MA) ao PLS 281/2014 e ao PLS 381/2014.

O texto aprovado prevê que os Pontos de Cultura e também dos Pontões de Cultura, que reúne as entidades que atuam nas comunidades, façam apresentações para alunos compatíveis com o plano pedagógico das escolas.

A lei que estabeleceu a Política Nacional de Cultura Viva (Lei 13.018/2014) já permite parcerias entre os Pontos e Pontões de Cultura com escolas públicas da educação básica, superior e profissionalizante. O substitutivo reforça a possibilidade de realização das

manifestações culturais dentro das instituições de ensino, sem comprometer o calendário e plano pedagógico.

Os autores dos PLS 281/2014 e PLS 381/2014, respectivamente o ex-senador Fleury e o senador Wilder Moraes (PP-GO), propunham que as ações culturais nas escolas públicas fossem obrigatórias e ocorressem mensalmente.

Roberto Rocha considerou essa obrigatoriedade uma interferência na gestão das escolas. O substitutivo trata como optativa a realização de ações culturais nas escolas.

— Não devemos engessar e, sim, estimular as amplas possibilidades que a Lei da Cultura Viva nos trouxe — concordou Marta Suplicy (PMDB-SP)

O projeto foi aprovado em decisão final e seguirá para a Câmara dos Deputados.

Proposta prevê inclusão da gastronomia na Lei Rouanet

A Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) pode ser modificada para incluir a gastronomia brasileira e a cultura alimentar tradicional e popular entre os segmentos passíveis de receber incentivos culturais. A medida consta do substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao PLS 379/2015, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), aprovado ontem na Comissão de Educação (CE).

A gastronomia e as atividades de pesquisa e registro, de formação e de transmissão de conhecimento ligadas ao segmento poderão receber doações e patrocínios nos moldes garantidos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). As doações, feitas por empresas ou pessoas físicas, podem ser deduzidas no Imposto de Renda devido.

— As práticas sociais de preparo e consumo de alimentos são um campo de grande re-

levância cultural. Os bens da cultura alimentar devem ser reconhecidos como patrimônio imaterial, o que tem sido feito em relação a técnicas de preparo de certos alimentos, vinculados a determinados contextos socioculturais — disse Marta, citando como

exemplo o acarajé da Bahia e o queijo de Minas Gerais.

Por isso, a senadora inseriu, no substitutivo, a “cultura alimentar tradicional e popular”. O projeto segue agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação final.

Universidades públicas terão acesso a incentivos culturais

Outro projeto que altera a Lei Rouanet foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 472/2015 inclui projetos das instituições públicas de ensino superior entre os beneficiários dos recursos dos fundos de investimento cultural e artístico e dos incentivos provenientes de doações ou patrocínios.

O autor, Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP), observou que a medida contribui para fortalecer a educação e valorizar a cultura brasileira. O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), ressaltou que a atualização da legislação, para incluir as instituições públicas de ensino superior entre os beneficiários, vem sendo reclamada há tempos.

A proposta seguirá para a Comissão de Educação.

Mesmo reconhecendo a existência de crise no setor, senadores e convidados de subcomissão, em debate, divergiram quanto a aumento de imposto ser a melhor solução

Projeto sobre taxa na mineração divide opiniões

A QUEDA GENERALIZADA do preço das commodities no mercado internacional, somada à crise econômica interna, levou o setor de mineração no Brasil a uma profunda crise, segundo os convidados da audiência na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, que discutiu ontem um projeto para o setor em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 1/2011 altera a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), royalty pago pelas empresas do setor à União, aos estados e aos municípios pela exploração das jazidas. Na prática, a proposta aumenta a alíquota máxima incidente sobre a base de cálculo de 3% do faturamento líquido para 5% do faturamento bruto.

A reunião foi presidida por Wilder Morais (PP-GO), que defendeu a busca de uma “solução estruturada”.

— Simplesmente aumentar a alíquota não pode ser a melhor situação — afirmou.

O senador ressaltou que, na Câmara dos Deputados, outra proposta aumenta a Cfem, e há legislações estaduais que já elevaram o tributo. Para Wilder, a subcomissão pode apresentar uma proposta consolidada.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), José Coura, encaminhou a Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e à Consultoria do Senado estudos sobre a crise no setor

e alternativas para superá-la.

— Venho do setor produtivo e, por princípio, sou contra aumentar impostos. Mas não pode ser ignorada a queda de arrecadação que afeta muitos municípios e estados — disse.

Flexa entende que os próprios números apresentados pelo Ibram mostram que a CFEM significaria pouco em termos de tributação para as empresas, mas é recurso relevante na execução de políticas públicas para milhões de habitantes das regiões afetadas.

— Mineração e petróleo são finitos, mas os royalties na mineração são dez vezes menores — reclama.

O senador considera que o setor ligado à construção civil merece tratamento diferenciado.

Controles cambiais

Wilder informou que a próxima audiência reunirá representantes dos governos de Pará, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina e também do Ministério de Minas e Energia. Ele citou como “bom exemplo” na busca pela retomada do crescimento a orientação dada pelo presidente Mauricio Macri na Argentina, que eliminou controles cambiais e impostos no setor da agricultura e que agora estende as mesmas medidas para a mineração.

A iniciativa também foi elogiada por Coura, que disse acreditar que a nação vizinha agora vai “deslanchar” na mineração, como aconteceu com o Peru após eliminar taxas



Fernando Zacan, José Coura, Wilder Morais, Elmer Prata, Carlos Pedroza e Milton Rego na Subcomissão de Mineração

e tributos de exportação. Para ele, o aumento na alíquota da Cfem “pode matar” pequenas e médias empresas do setor.

— Os números mostram que a agricultura e a mineração, apesar da crise, são o que vêm segurando a economia no nosso país — defendeu.

O representante do Ibram citou números que explicitam a crise mundial na área, como o anúncio da China de corte de 1,8 milhão de empregos na mineração e no aço. Coura disse que as grandes empresas multinacionais do setor perderam valor de mercado nas bolsas mundiais equivalente a US\$ 1,4 trilhão no ano passado.

Ainda em relação à crise, Wilder disse que o minério de ferro, principal item de exportação da economia brasileira, sofreu forte queda nos últimos anos, com a tonelada caindo de US\$ 140 para US\$ 40 entre

2013 e 2016. Lembrou também que a Vale anunciou prejuízo de R\$ 44,2 bilhões no ano passado, após lucro de quase R\$ 1 bilhão em 2014.

— Em Niquelândia [GO] a Votorantim fechou suas operações, o que significa mais 800 desempregados, além da perda na arrecadação. A Anglo American também demitiu 220 funcionários no sistema Minas-Rio só no mês passado.

Produção

Para Elmer Prata Salomão, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral, a produção está paralisada no Brasil e imposto maior em áreas como ouro e pedras preciosas deve ser discutido com cautela.

— Defendo a unificação das alíquotas em 0,2% no garimpo e na mineração, pois 0,2% no garimpo e 2% na mineração,

como propõe o PLS 1/2011, não faz sentido. O garimpeiro individual não existe mais e, na prática, vai desestimular empresas de mineração, que vão virar garimpeiras — explicou.

Para a Cfem, Prata cita como exemplo bem-sucedido a política adotada pelo governador (e senador) Luiz Henrique da Silveira em Santa Catarina em 2007, que atrelou o imposto a pesquisas científicas no setor.

Reinaldo Sampaio, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais, avalia que aumentar tributo em época de baixa nas cotações causará paralisação produtiva e desemprego. Natel de Moraes, presidente eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica, reforçou a ideia, citando estudos para mostrar que o aumento do “custo Cfem” quebrará milhares de pequenas e médias empresas.

Especialistas defendem aprimoramento na lei sobre barragens

As causas do rompimento da Barragem de Fundão — em Mariana (MG), em novembro do ano passado, onde os resíduos da mineradora Samarco/Vale provocaram um desastre ambiental — ainda são desconhecidas, segundo os especialistas ouvidos na Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens. Em audiência realizada ontem, eles defenderam a modernização da Lei 12.334/2010, que estabelece a política nacional.

De acordo com o procurador do Ministério Público de Minas Gerais Carlos Eduardo Ferreira Pinto, as barragens no Brasil não são seguras. Falta fiscalização e o sistema de licenciamento ambiental está falido. Apenas em Minas há cerca de 29 barragens sem garantia de estabilidade.

— A catástrofe em Mariana comprovou a fragilidade da lei. É impossível medir as consequências disso. O cenário da

ruptura foi projetado muito aquém do que realmente ocorreu — alertou.

O procurador apresentou uma série de propostas para aprimorar a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens. Uma delas é que, para a obtenção da licença de operação, devam ser exigidos estudos completos dos cenários de rupturas, mapas de inundação e um plano de ações emergenciais para alertar e resgatar as pessoas nas áreas passíveis de serem atingidas. Outra sugestão é que ampliações no projeto original dependam de prévia autorização dos órgãos ambientais.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu uma legislação mais severa.

— A nossa legislação já aponta para autorregulação. A responsabilidade é do operador, mas a lei é muito tímida na aplicação de multas e penas para desestimular o empreendedor a transgredi-la —

afirmou o senador.

O diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Walter Arcoverde, admitiu que a última inspeção na Barragem de Fundão antes do rompimento tinha sido em março de 2012.

Por falta de inspeção, o DNPM não sabia se havia riscos. Também a empresa VogBR, responsável pelo laudo que garantiu a estabilidade da estrutura em julho de 2015, não sabia. O engenheiro da VogBR, José Mário Queiroga Mafra, afirmou que na inspeção não havia qualquer informação apontando para a possibilidade de rompimento.

— No entanto, o relatório de inspeção e a declaração de estabilidade são um instantâneo das condições da barragem e não têm caráter de previsibilidade, uma vez que a barragem continua sendo alteada após a fiscalização — esclareceu.

O professor da Universidade



Ferraço (3º à esq.) e Anastasia (C) ouvem especialistas sobre segurança de obras

Federal de Minas Gerais Carlos Barreira Martinez advertiu que as barragens construídas nas jusantes (lado de um curso de água oposto ao das nascentes dos rios) são mais seguras do que as erguidas nas montantes (parte superior do curso de um rio). No Chile, por exemplo, as barragens são construídas por jusante desde 1970.

— Sem os cuidados necessários, há a chance de um passivo ambiental inimaginável para as gerações futuras.

Para o presidente da co-

missão, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apesar de as barragens nas jusantes serem mais caras, talvez sejam uma boa alternativa para o Brasil.

— Acho que é uma proposta muito boa para adotarmos na nossa legislação. Ainda que seja mais caro, é bem mais seguro. Na prática, as novas barragens deviam ter esse método construtivo mais seguro, e as atuais teriam um tempo para uma transformação gradativa, o que eu acho mais razoável — disse o senador.